

6. Em resumo: eis um interessante livro cuja leitura vivamente recomendamos — e da qual pudemos retirar enorme proveito, literário e científico — e que decerto irá figurar nos escaparates das boas bibliotecas portuguesas de direito internacional público e de relações internacionais.

JORGE BACELAR GOUVEIA

*José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), Luís Capucha, Eduardo Costa Dias, Sérgio Faria, António Teixeira Fernandes, André Freire, Maria Eduarda Gonçalves, Fernando Farelo Lopes, Michel Mialle, E. Adriaan van Rouveroy van Nieuwaal, Hans-Jurgen Puhle, Manuela Reis, Sigrid Rossteutscher, Manuel Carlos Silva, José Manuel Leite Viegas, Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 2000, 309 páginas.

Este volume aborda desenvolvidamente a problemática da cidadania, diz-nos coisas interessantes sobre a integração e a exclusão e é, infelizmente, parco em matéria de globalização, em particular quanto aos novos desafios que a mundialização lança à cidadania. Será que, com a erosão do poder dos Estados face às multinacionais, a economia vai

subordinar-se à política? Que estruturas políticas transnacionais será necessário — e possível — criar para enquadrar politicamente a globalização? Este tipo de questões não encontra aqui resposta, tirando uma ou outra referência de passagem. Mas já lá vamos. Começando por aquilo que o presente volume contém, depara-se-nos uma grande dispersão de temas — incluindo as estruturas políticas da Senegâmbia e o sistema judicial do Togo. Por isso terei de limitar-me a alguns pontos.

A cidadania política marca historicamente a passagem de uma «sociedade de servos e súbditos» para uma sociedade onde o povo é soberano (p. 161). À cidadania política juntou-se, depois, a cidadania social, a económica, a ambiental... A cidadania é, aliás, um conceito plural, como acentua Michel Mialle (p. 16), e por isso se abrem múltiplos campos de investigação, muitos dos quais são aqui explorados. É pena que entre eles se não haja incluído algum trabalho que aprofunde uma observação do mesmo autor quando afirma: «A cidadania pode, numa sociedade atravessada de dúvidas e dificuldades quanto ao modo de pertença, aparecer como uma solução redescoberta para reconstruir o laço social ou para lhe dar sentido.» De facto, desfeitas as comunidades tradicionais, como combater «a atomização extremada da realidade colectiva» e «o crescente individualismo [...] destruidor, em vários domínios, da realidade social», de que fala António Teixeira Fernandes (p. 167)? Até que ponto poderá

a cidadania, enquanto construção do Estado democrático (H.-J. Puhle, p. 27), atenuar a «opacidade em relação ao funcionamento da sociedade», quando o social se fragmenta, as identidades se pluralizam e são «pulverizados e diluídos os universos de sentido» (A. T. Fernandes, p. 168)? Teria interesse estudar em que medida a cidadania política tem capacidade para afirmar o social numa sociedade individualista.

«Numa sociedade de atomização generalizada há que conferir o primado ao poder político» (id., p. 174). Sem dúvida, mas «a vivência da cidadania pressupõe uma recomposição do Estado. A cidadania não é restringida pelo excesso de poder, mas pela sua carência» (p. 183). Ora o poder dos Estados encontra-se hoje ameaçado pela globalização. Qual a saída para impedir que o económico prevaleça sobre o político? Um caminho possível é a emergência de um novo direito internacional público, de que sejam sujeitos não só os Estados, mas também os indivíduos enquanto tais. É o que já se aflora, por exemplo, no caso Pinochet ou na criação de tribunais internacionais penais. Outra via, que não exclui a primeira, será o reforço das organizações internacionais, como as Nações Unidas, a nível mundial, ou a União Europeia, a nível regional. «A cidadania ainda não é um conceito aplicável a mecanismos de governação supranacional», afirma H.-J. Puhle (p. 32), que também aponta as limitações da chamada «cidadania europeia». É verdade, mas não é toda a verdade: há aqui sementes de futuro que seria sensato con-

siderar de maneira mais desenvolvida do que a breve referência feita por Maria Eduarda Gonçalves aos processos de internacionalização ou transnacionalização e à sua influência na substância dos direitos de cidadania (p. 257).

Entre os novos direitos de cidadania estão os ligados à sociedade de informação, área onde M. E. Gonçalves denuncia a «informação como mercadoria» e o risco do «predomínio da lógica do mercado sobre a lógica dos direitos», sublinhando a «importância de alargar e reforçar as instâncias de acesso à informação e à participação como condição do pleno exercício da cidadania na sociedade contemporânea» (p. 273). Mas a sociedade de informação, suscitando embora algumas visões utópicas ou pelo menos demasiado optimistas sobre as suas virtualidades democráticas, oferece de facto interessantes oportunidades de participação. Daí o aparecimento de várias abordagens teóricas, onde se encontram «sugestões para uma revisão ou adaptação do quadro regulador da acção e participação dos cidadãos, sugerindo um repensar do leque dos direitos individuais, bem como dos processos democráticos herdados dos Estados liberal e do bem-estar» (p. 256).

As oportunidades de participação não dependem apenas das novas tecnologias, como mostra Manuela Reis num oportuno ensaio sobre «o património e a construção de novos espaços de cidadania». A defesa e a valorização do património histórico têm levado muita gente, mais ou

menos alheada da vida política corrente, a intervir na *res publica*. E o património hoje abrange muita coisa, e não apenas os monumentos. «Tudo se torna, de repente, património: a arquitectura, as formas de construção eruditas e populares, urbanas e rurais, os edifícios públicos e privados, monumentais e não monumentais, os edifícios industriais, os conjuntos urbanos, as paisagens, os equilíbrios ecológicos [...]» (p. 280).

De qualquer forma, a experiência europeia e norte-americana mostra que uma sociedade mais rica não é necessariamente uma sociedade onde sobe o nível de participação dos cidadãos. E em Portugal não parece também que a «dualidade social» seja a causa fundamental de um certo alheamento da política por parte de um número considerável de pessoas. É verdade que tal dualidade, envolvendo uma diferenciação social e política da população, existe e «explicará a ‘distância ao poder’ dos segmentos sociais mais baixos, a sua subserviência perante o Estado e seus aparelhos e a desconfiança relativamente às instituições políticas» (J. M. L. Viegas, p. 151). Mas há decerto outros factores de despolitização — de que é sinal o aumento da abstenção eleitoral, analisada por André Freire em Portugal entre 1975 e 1995. Ora a abstenção tem crescido sobretudo «nos concelhos mais urbanizados (e semiurbanizados), escolarizados, terciarizados, com maior peso dos jovens e secularizados» (p. 102).

O «excesso de partidocracia» (p. 158) é geralmente apontado como negativo para a participação demo-

crática. E outras deficiências do sistema político terão também o seu peso na apatia cívica. Várias reformas das instituições foram entre nós esboçadas para estimular a participação política, mas raramente atingiram o seu objectivo. Por que falharam? J. M. L. Viegas indaga as razões de bloqueamento de alguns processos de mudança. Mas a sua conclusão geral parece-me insatisfatória, ao afirmar que «a tensão entre a lógica da cidadania e a lógica do mercado, ou capitalismo, não é resolúvel, em definitivo, por qualquer reforma das instituições de participação política» (p. 155). Teria interesse, por exemplo, estudar os motivos da «descrença da maioria dos votantes nessa nova via de participação política» que são os referendos (p. 142). Ou, num outro plano, investigar quais as causas da desmobilização participativa no campo sócio-laboral — quebra da taxa de sindicalização, por exemplo — numa altura de «aumento de salários e outras retribuições sociais» (p. 146). O capitalismo tem as costas largas, mas não explica todos os males do mundo.

A exclusão social, «entendida como limitação à condição de cidadania» (Luís Capucha, p. 196), marca as sociedades economicamente mais desenvolvidas do nosso tempo. Mas não é sobretudo a globalização que leva à exclusão. L. Capucha contesta, e bem, a ideia feita segundo a qual «a pobreza existe nos países desenvolvidos da Europa por causa da competição dos salários e dos sistemas fiscais de outras zonas do globo». Os «avanços da

tecnologia e da incorporação do conhecimento no processo produtivo» (p. 193) têm aí um papel essencial. Por outro lado, como sugerem alguns autores evocados por L. Capucha, na sociedade segmentada em que vivemos constituem-se «dois mundos separados, o dos que estão dentro e o dos que ficam de fora da ‘sociedade normal’ [...] Onde antes se colocavam os problemas do pauperismo e da exploração, agora coloca-se o problema da rejeição pelo capitalismo de certos sectores de trabalhadores, deixando sequer de os utilizar com fins exploratórios» (p. 194).

Estamos em plena «nova questão social», para usar a já consagrada expressão de Rosanvallon. Acentuam-se as desigualdades e cresce a marginalização, a precariedade do trabalho e a insegurança face ao futuro. A. T. Fernandes apela à «refundação da sociedade mediante um novo contrato social», com o Estado a desempenhar um papel mais activo. Não estamos perante o «fim do trabalho», mas a necessidade de alargar o mercado de trabalho social (p. 172). É que «a cidadania passa pelo direito ao trabalho, mais do que pelo direito a um rendimento» (p. 182). «O exercício da cidadania pressupõe a existência de indivíduos activos e não de pessoas assistidas» (p. 181). O rendimento mínimo «só não colide com a dignidade cívica desde que seja apenas um instrumento momentâneo na luta pela integração social» (p. 179). A. T. Fernandes valoriza, com razão, a cidadania, onde cada

vez mais se inscreve uma lógica de solidariedade — por isso a segurança social é hoje transferida para a área da cidadania. Construída sobre a autonomia das pessoas, a cidadania envolve direitos e deveres: «Constitui a base tanto do direito a viver em sociedade como da obrigação de desenvolver uma actividade colectiva» (p. 181).

O último texto desta colectânea — «Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica», de Manuel Carlos Silva — é o único onde o tema da globalização é abordado directamente. Mas, ao considerar a globalização apenas como mais uma fase do capitalismo (o que ela certamente também é), ao denunciar o «sistema capitalista e imperialista» e ao pugnar por um novo, e por enquanto indefinido, «modelo socialista a construir», o autor acaba por falar muito pouco de globalização. Pode realçar-se a ambição de «minar as bases dos diversos aparelhos de poder político-militar nacional e internacional no sentido de criar uma nova ordem económica, social e política [...] tendo como horizonte estratégico a construção de uma sociedade socialista» (p. 305). E, nesta época de declínio do marxismo, não deixa de ser enternecedor ver citar Lenine, Rosa Luxemburgo, Baran, Sweezy, Samir Amin e outros. Mas sobre os problemas económicos e políticos específicos da globalização o texto em causa pouco adianta.

FRANCISCO SANSFIELD CABRAL